

Café e Pecuária em Juiz de Fora – 1896-1930¹

José Augusto de Souza Destro

Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este artigo procura analisar a transição da economia cafeeira para a pecuária em Juiz de Fora, município localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. Este processo, em consonância com a crise da agroexportação brasileira na Primeira República, tem como marcos balizadores a grave crise dos preços do café, iniciada em 1896, e o ano de 1930, que corresponde ao final do domínio da economia agrária voltada para a exportação na região. A partir deste cenário, procuramos entender os aspectos que atuaram decisivamente para a efetiva transição do café para a criação de gado, observando o peso da conjuntura econômica nacional vinculada ao café e as particularidades regionais, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da pecuária. Ao mesmo tempo, avaliamos a importância do sistema agrário em que se pautou a cafeicultura que, em sua transformação, promoveu as bases reais para o implemento da criação, cujo rebanho predominante foi o gado bovino de cunho leiteiro. Assim, destaca-se o crescimento desta atividade como alternativa real ao café ao produtor rural, constituindo-se numa fonte de renda que, face ao seu constante desenvolvimento, implementa-se cada vez mais uma produção de laticínios, tanto nas fazendas como na cidade de Juiz de Fora, constituindo-se esta num dos mais importantes centros de produção e comercialização de produtos lácteos do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, estaremos analisando a pecuária como parte integrante do processo de diversificação econômica em curso no município e região, observando assim o papel relevante que teve enquanto atividade econômica e social.

Palavras-chave: Café, pecuária, gado bovino, leite, laticínios.

¹ O presente artigo é baseado em nossa dissertação de mestrado defendida em Março do corrente ano na Universidade Federal Fluminense, intitulada “A Transição da Cafeicultura Para a Pecuária em Juiz de Fora (1896-1930)”.

Abstract: This article looks for to analyse the transistion of the cattle coffe economy for in Juiz de Fora, the city located in the Zone of Mata of Minas Gerais. This process in with the crisis of the brazilian agriexportatin in the First Republic, has as landmarks makers the serious crisis of the prices of the coffe, initiated in 1896, and the year of 1930, that it corresponds to the end of the domain the agrarian economy come back toward the exportation in the region. From this scene, we look for to understand the aspects that had decisively acted for the effective transistion of the coffe for the cattle creation, observing the weight of the national economic conjuncture tied with the coffe and the regional particularities, that had contributed significantly for the development of the cattle one. At the same time, we evaluate the importance of the agrarian system which based on the coffe growing that in its transformation, promoted the bases real for implements it of the creation, wohes predominant flock was the bovine cattle of milk matrix. Thus, the growth of this activity is distinguished as alternative real to the coffe to the agricultural producer, consisting in an income source that, face to its constant developments, implements each time plus a production of dairy food, as much in the farms as in the city of Juiz de Fora, consisting this in one of the most important centers of production and comercialization of milk products of the State of Minas Gerais. Of this form, we will be analyzing the casttle one as integrant part of the process of economic diversification in course in the city and region, thus observing the excellent paper that had while economic and social activity.

Key-words: Coffe, cattle, bovine cattle, milk, dairy food.

Introdução

A economia agrária de Juiz de Fora teve como principal atividade econômica a cultura do café, um produto destinado ao mercado externo e que, com seu desenvolvimento, gerou uma considerável soma de recursos não só para o incremento da própria atividade como também contribuiu para o um significativo crescimento de outras atividades de cunho urbano centradas na cidade de Juiz de Fora². Porém, na medida em que a cafeicultura nacional passa por uma grave crise de preços que se inicia partir de 1896, seus reflexos no município se fizeram sentir, propiciando o surgimento de outras atividades econômicas rurais capazes de gerar renda ao produtor rural para contrabalançar as perdas ocasionadas com a crise do café. Neste sentido, todo o período em questão (1896-1930) reflete de certa maneira a busca de alternativas ao café que, ao longo deste intervalo de tempo tende a perder seu dinamismo e entrar em decadência³.

É dentro deste contexto que procuramos analisar a passagem da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora. Tal fato se justifica não só pela importância de se perceber quais foram os efeitos do fim da vigência do café no município, como se este pode ter propiciado o desenvolvimento de seu substituto. Cabe ressaltar que são poucos os estudos que abordam esta passagem, e os que a analisam apenas vinculam o advento da pecuária com o fim do café⁴. A própria historiografia sobre o café na região da Zona da Mata (da qual Juiz de Fora faz parte) não estudou este ponto com profundidade, muito embora observe ser com a crise dos preços do café que na região houve uma maior diversificação da produção rural⁵. Assim, sendo a partir deste momento tal fato ocorra, temos então o início do que entendemos ser a transição de uma economia pautada na agroexportação para uma outra vinculada com o mercado interno (especificamente a pecuária), onde a data final de 1930 corresponderia não só o fim do domínio da primeira atividade na região e município, e a afirmação e consolidação da segunda como atividade econômica rural, cuja relevância estaria em ser a melhor alternativa para o café.

² GIROLETTI (1988); MIRANDA (1990); PIRES (1993).

³ Para uma análise da crise da cafeicultura na Zona da Mata e, em particular, em Juiz de Fora, ver LIMA (1981), Pires (1993).

⁴ VALVERDE (1958); FILHO (1973); BASTOS (1987); DESTRO (2002).

⁵ LIMA (1981: 42-43); LANNA (1988: 101); PIRES (1993: 113-114).

A Influência da Conjuntura Econômica na Passagem do Café para a Pecuária

Para a análise da passagem de uma produção centrada no café para uma mais típica de mercado interno tendo como cenário a zona rural do município de Juiz de Fora, devemos compreender primeiramente em que medida o contexto econômico vigente influenciou este processo. Assim, poderemos observar melhor não só o real estado da cafeicultura e seus desdobramentos no município, bem como a influência que esta atividade veio a ter sobre o desenvolvimento de outras atividades produtivas, notadamente a pecuária.

Um ponto relevante a ser considerado é o fato de que o período em questão, que abrange a maior parte da Primeira República, ser marcado pela hegemonia do café na economia e na política do país, principalmente quando se tem em mente ser o produto o principal responsável pela formação da riqueza interna e de provir com as divisas necessárias para o pagamento da dívida externa. Sendo assim, sua importância se torna vital, e quando se evidencia a crise dos preços do produto (traduzidas pela acentuada queda das cotações do mesmo) no mercado externo, cada vez mais se verifica por parte dos governantes (tanto dos estados quanto da União) a busca de soluções para resolver esta importante questão⁶. Esta situação se tornou mais grave quando da percepção de uma supersafra para 1906, o que forçaria uma queda ainda maior nas cotações, levando os três principais estados produtores de café (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) a deliberar sobre uma política de defesa do produto. Assim, a partir do Convênio de Taubaté de 1906 e depois com as demais políticas de defesa adotadas após este evento, verificou-se não só a recuperação dos preços como também veio reforçar ainda mais o peso da cafeicultura no país⁷.

Cabe observar que as medidas tomadas no Convênio de Taubaté procuravam atender essencialmente os interesses paulistas, cuja cafeicultura apresentava forte desenvolvimento. Para o Rio de Janeiro e Minas Gerais, entretanto, a operação valorizadora deve ser vista com cautela face o desenvolvimento da cafeicultura em cada

⁶ Para uma análise da conjuntura econômica entre 1896-1930 e mesmo posterior (até 1945), e sua política cambial, fiscal e monetária, ver VILLELA & SUZIGAN (1975).

⁷ Sobre os convênios cafeeiros, ver TAUNAY (1945); FURTADO (1974); NETTO (1966); VILLELA & SUZIGAN (1973); BACHA (1992).

estado. No caso fluminense, era evidente sua decadência e as medidas de defesa tomadas não sustaram a crise e apenas reforçou a busca por alternativas ao produto⁸. Para Minas, muito embora não viesse apresentar o grande dinamismo de São Paulo, ainda assim apresentava um crescimento significativo no período de 1890-1924 (da ordem de 224%)⁹ e respondendo pela maior parcela da carga tributária do Estado. Cabe destacar que em Minas Gerais, a partir de 1906 sua cafeicultura começou a se recuperar em termos de remuneração, e expandindo-se os cultivos para novas áreas¹⁰.

Conforme visto, o Convênio de Taubaté produziu um primeiro impacto na cafeicultura mineira ao favorecer sua expansão para novas áreas. Na principal região produtora do estado, a Zona da Mata Mineira, isto ocorreu ao expandir os cultivos para outras áreas em seu interior. Porém, um segundo impacto pode ser observado, especificamente nas áreas de produção mais antiga, notadamente em Juiz de Fora, conforme os dados da tabela 01 e gráfico 1.

TABELA 1: Total de Cafezais nas Propriedades Rurais e Média de Cafezais Por Unidade Nos Distritos Cafeeiros 1896-1930

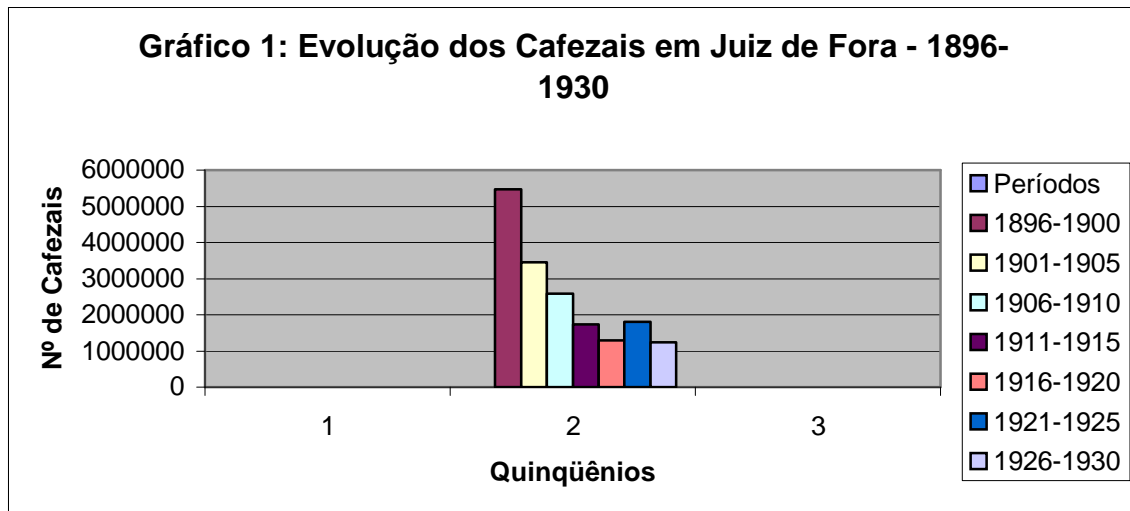
ANOS	Nº de Cafezais	Nº de Prop.	Média de Cafeeiros	Prop. Com Cafezais	Média de Cafeeiros
1896-1900	5.470.860	68	80.454	38	143.970
1901-1905	3.454.400	57	60.604	36	95.956
1906-1910	2.577.500	50	51.550	27	95.463
1911-1915	1.736.893	44	39.475	25	69.476
1916-1920	1.295.250	39	33.212	13	99.635
1921-1925	1.803.125	68	26.517	26	69.351
1926-1930	1.236.110	50	24.722	23	53.744

Fonte: AHUFJF – Inventários Post-mortem.

⁸ MENDONÇA (1999).

⁹ PIRES (1993: 102,109).

¹⁰ PIRES (1993: 115, 118-119, 139).



Consoante os dados da tabela 01 e gráfico 1, muito embora tende a apresentar uma perda de dinamismo até 1920 quanto ao total de cafezais e o número de propriedades produtoras, ocorreu uma recuperação no período de 1921-1925 quanto ao total de cafezais. Até 1910, verificou-se uma tendência de declínio em função do impacto violento da crise dos preços, que continua na década seguinte, porém de forma menos aguda. A recuperação apresentada no quinquênio 1921-1925, em sentido contrário à tendência declinante acima, estaria relacionada com a implementação das políticas de defesa do café, principalmente a de caráter permanente, que proporcionou um aumento considerável do total de cafeeiros do município, em um menor número de propriedades produzindo, apresentando assim uma concentração maior da produção.

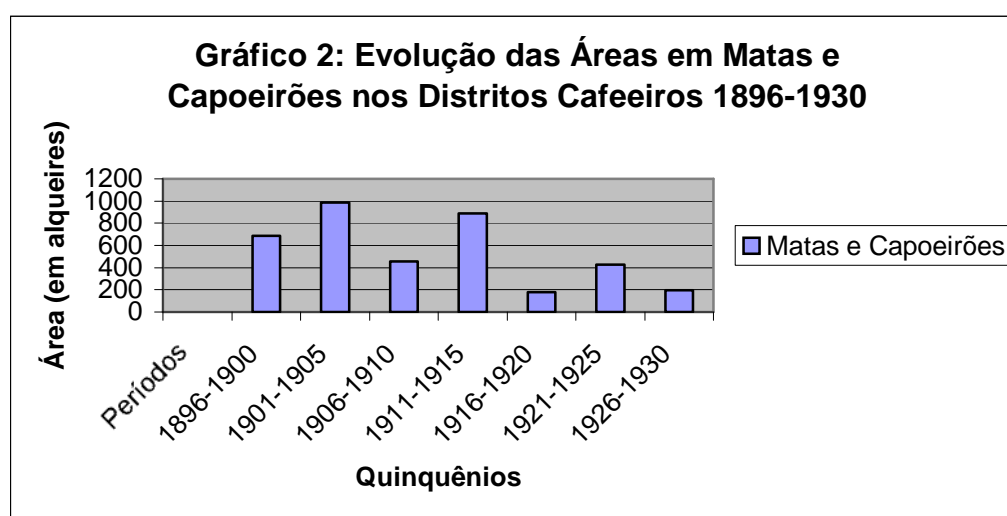
Este aprofundamento ou recrudescimento da cafeicultura no município se deve, em primeiro lugar, à disponibilidade de condições de reprodução da cafeicultura ainda na década de 1920¹¹. Entendendo ser estas condições as terras aptas ao plantio (terrenos em matas e capoeirões) que, mesmo tendendo a reduzir-se ao longo da reprodução da atividade cafeeira, estas ainda se faziam presentes em considerável quantidade durante a crise dos preços do café, como podemos verificar pela tabela 02 e gráfico 02.

¹¹ PIRES (1993:144).

Tabela 2. Áreas em Matas/Capoeirões no total das Terras nos Distritos Cafeeiros, 1896-1930

Períodos	Área Total	Matas/Capoeirões	%
1896-1900	4.738 alqueires	689,25 alqueires	14,55
1901-1905	2.883,75 alqueires	984 alqueires	34,12
1906-1910	2.378,5 alqueires	454,4 alqueires	19,11
1911-1915	4.140 alqueires	887 alqueires	21,43
1916-1920	4.034,75 alqueires	176 alqueires	4,36
1921-1925	8.424,25 alqueires	426,8 alqueires	5,07
1926-1930	3.877,3 alqueires	193,6 alqueires	4,99

Fonte: AHUFJF – Inventários Post-mortem.



Como se pode verificar pelos dados da tabela 02 e gráfico 02 e, em conformidade com a tabela 01 e gráfico 01, com a vigência da crise dos preços, não se verificou a ampliação dos plantios, o que veio a possibilitar que a disponibilidade de terras fosse postergada para um outro período mais propício¹². O mesmo teria ocorrido na década seguinte, ainda que apresente uma recuperação dos preços a partir de 1910, não se verificou um aumento significativo dos plantios também para a década de 1911-1920, em face da crise cambial de 1913 e da Primeira Grande Guerra Mundial vieram a contribuir para não impulsionar novas plantações¹³.

¹² Entre 1896 e 1915, a área em matas e capoeirões em Juiz de Fora totalizava 3.014,65 alqueires, e tendo em mente o não aproveitamento total desses terrenos em função da crise presente, temos uma grande disponibilidade de terras para um outro momento que não aquele. De 1915 em diante, contudo, temos já um esgotamento dessas áreas, indicando já o começo da crise da economia agroexportadora no município.

¹³ VILLELA & SUZIGAN (1973: 117-119; 126).

Em segundo lugar, verificou-se na década de 1921-1930 um expressivo aumento da capacidade produtiva das fazendas, aproveitando todas as áreas disponíveis para o plantio. Ao mesmo tempo, não ocorreu uma eliminação maciça dos pés mais antigos, incluindo mesmo sua manutenção para o qual ajudavam a concorrer com a produção total das fazendas. Isto é tão significativo que o total de pés de cafés na área que abrangia o antigo município de Juiz de Fora que somavam 17.489.792 cafeeiros em 1920 alcançou, em 1929, o total de 25.994.886, sendo que os cafezais considerados velhos perfaziam 19.582.065 pés¹⁴. Verificou-se, portanto, tanto a ocorrência simultânea de novos plantios com a manutenção dos cafezais mais velhos.

Em terceiro lugar destaca-se que como foram mantidos elevados os preços do café ao longo de toda a década, o aproveitamento de todas as áreas passíveis de plantação se fez, ocorrendo inclusive a utilização de terrenos onde já tinham sido realizados cultivos anteriormente, caso das capoeiras (mais próprias ao cultivo de alimentos) e, mesmo em terrenos totalmente já gastos, com os pastos. Evidencia-se assim uma face desse recrudescimento para a produção agropecuária como um todo no município, que se traduz na realização da cafeicultura feita à custa das culturas de alimentos e da pecuária.

Conforme visto, o recrudescimento da cafeicultura ocorrido em Juiz de Fora provocou, por sua vez, um menor crescimento de outras atividades agropecuárias, inibindo uma maior diversificação do meio rural local. Com o advento da crise dos preços do café, uma das formas de atenuar seus efeitos danosos foi o desenvolvimento de atividades que pudessem concorrer não só para a remuneração do produtor rural, mas também para os cofres públicos estaduais. Neste sentido, a produção para o mercado interno (artigos alimentares e criação de gado) poderia obter um maior impulso, principalmente se levarmos em consideração que muitos produtores rurais foram prejudicados com a crise do café e que para resolver seus problemas procuraram reivindicar junto aos governos a solução dos mesmos. A diversificação da produção agrícola como resposta á crise do café foi uma das medidas tomadas, com destaque para a ação do Estado neste sentido. Caso típico foi o ocorrido no estado do Rio de Janeiro, onde uma verdadeira política visando diversificar a produção agrária foi implementada,

¹⁴ Para 1920, ver Secretaria de Agricultura – Minas Segundo o Recenseamento de 1920, p. 142 e 176; Para 1929, ver Recenseamento Cafeeiro do Estado de Minas Gerais. BMMM, Minas Gerais, 25/10/1929, p. 5.

que atenuou os efeitos da crise cafeeira que naquele estado as políticas de valorização do café não sustaram a crônica decadência do produto, apenas permitiram sua sobrevivência¹⁵.

Em Minas Gerais, medidas semelhantes foram tomadas para diversificar a produção agrícola a partir do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1903. Convocado pelo Presidente do Estado Francisco Sales e organizado por João Pinheiro, neste evento procurou-se fortalecer as bases da economia estadual através da análise de alternativas econômicas frente à perda de dinamismo que se verificava desde 1897¹⁶. Mesmo que este evento buscasse, de fato, soluções efetivas para os problemas do café, também houve preocupações para com outros setores agropecuários vinculados mais diretamente com o mercado interno¹⁷, que procuravam ser ouvidos seus reclamos e inscrever na agenda estadual suas demandas¹⁸. No caso da agricultura de alimentos, muito embora fosse deliberada a adoção de várias medidas em prol de seu maior desenvolvimento (semelhantes com que foram as adotadas no Estado do Rio de Janeiro e em consonância com o pensamento diversificados da Sociedade Nacional de Agricultura), sua implementação prática foi prejudicada pela demorada regulamentação de suas leis e incentivos, na obtendo o êxito que se poderia esperar.

No que toca a produção de alimentos em Minas Gerais, deve-se levar em consideração que tal atividade estava desde o período minerador vinculada à economia de abastecimento de mercado interno ao abastecer os centros consumidores em expansão. Em Juiz de Fora, ela antecede ao café e se expandiu na medida em que este se desenvolvia, levada adiante majoritariamente por pequenos produtores¹⁹. Muito embora a historiografia local sobre o assunto dê um peso excessivo ao papel destes elementos nesta atividade, acreditamos ser possível a participação de grandes fazendeiros, cafeicultores em sua maioria, nesta produção. Isso indica que as fazendas de café não eram de todo exclusivas para o café, existindo uma produção de alimentos em seu interior que possuía uma determinada função, ou seja, estavam voltadas para suprir as necessidades da propriedade. Uma produção que visava reduzir os custos de produção

¹⁵ MENDONÇA (1977).

¹⁶ CARVALHO (2005: 67).

¹⁷ DULCI (2005: 122-123).

¹⁸ WIRTH (1982); VISCARDI (2001).

¹⁹ SOUZA (1998 e 2004); OLIVEIRA (2004).

do café ao favorecer a reprodução da mão de obra a um custo mais baixo²⁰. Muito embora não deixasse de existir a possibilidade de comercializar a produção de alimentos e que tentativas de levá-las adiante foram realizadas (porém, sem o êxito esperado), a produção de alimentos realizada nas grandes fazendas do município sempre foi baixa (em área plantada bem definida, bem como a presença de roças e mantimentos declarados e comparados com a riqueza das propriedades²¹) ficando claro sua função dentro da unidade cafeeira de atuar junto no sentido de reduzir os custos de reprodução do trabalhador rural.

Se não foi a produção de artigos alimentares a alternativa desenvolvida para fazer frente à crise do café, certamente outra opção foi implementada pelos grandes fazendeiros. Neste ponto, a pecuária não só se destacou como uma solução para o grave momento em que se debatia a cafeicultura, mas também se revelou capaz o suficiente para se tornar também num sucessor ao café quando do término deste cultivo no município.

A pecuária, enquanto atividade produtiva, apresentou significativa importância para Minas Gerais, destacando sua contribuição para o povoamento deste desde o período colonial, além de fortalecer economicamente suas várias regiões²², vindo a constituir-se no final do século XIX no segundo setor produtivo do Estado em termos de exportação, apresentando destacado crescimento nas vendas de seus vários produtos e subprodutos a partir de 1897²³. Mesmo apresentando este dinamismo, o setor ainda demonstrava ser carente de medidas que viessem concorrer não só para estimular o aumento de sua produção como também para aquilatar qualitativamente seus produtos, além de facilitar o escoamento da produção e sua comercialização. Neste sentido, não surpreende que no Congresso de 1903 vários setores ligados a este ramo viessem a participar neste evento, expondo seus pontos de vista sobre a situação da atividade e requerendo por parte do poder público estadual medidas de amparo, dada a importância que vinha adquirindo. Assim, a pecuária também foi beneficiada por uma série de medidas que viram a favorecer seu maior desenvolvimento como um todo, ampliando a

²⁰ PIRES (1993); SARAIVA (2001).

²¹ Em nossa pesquisa, o máximo que as terras destinadas ao plantio de alimentos (e que foi declarada) atingiu a 5,70% do total das terras das grandes fazendas, decaindo para índices inferiores a 1% a partir de 1901 e estando mesmo ausente por três períodos consecutivos (1911 a 1925). Quanto a participação média das roças e mantimentos na riqueza total em nenhum momento alcançou a cifra de 1%.

²² CARRARA (1997).

²³ GIROLETTE (1987).

produção e sua conseqüente exportação. Uma vez que as medidas tomadas tinham um alcance geral, incidiam assim em todo o Estado e, dessa forma, atuava em regiões em que a pecuária ainda era incipiente ou pouco desenvolvida, principalmente onde ainda predominava uma atividade vinculada à economia de exportação, como é o caso do café em Juiz de Fora.

Contudo, no município em questão, deve-se considerar não só a permanência da cafeicultura ao longo do período de crise da atividade como também seu recrudescimento na década de 1920, fruto das políticas de valorização adotadas. Esta conjuntura, mais especificamente nacional, ao fortalecer a presença da cafeicultura, acabou atuando de certa forma como um a força inibidora da diversificação econômica no município, mesmo que a atividade cafeeira já anunciava sua crise com a redução das terras aptas ao plantio na mesma década. Porém, com a necessidade de se estimular outros setores da economia para diminuir a dependência desta para com o setor cafeeiro, observa-se uma especificidade estadual em diversificar a produção agropecuária (com ênfase na pecuária) mineira, estando dessa forma em consonância com o processo de transição capitalista em curso no país²⁴. Assim, destaca-se que o desenvolvimento da pecuária em Juiz de Fora foi influenciado por uma conjuntura econômica que atuou neste processo em duplo sentido: por um lado, em termos nacionais, limitando seu maior crescimento e por outro, em termos estaduais, estimulando.

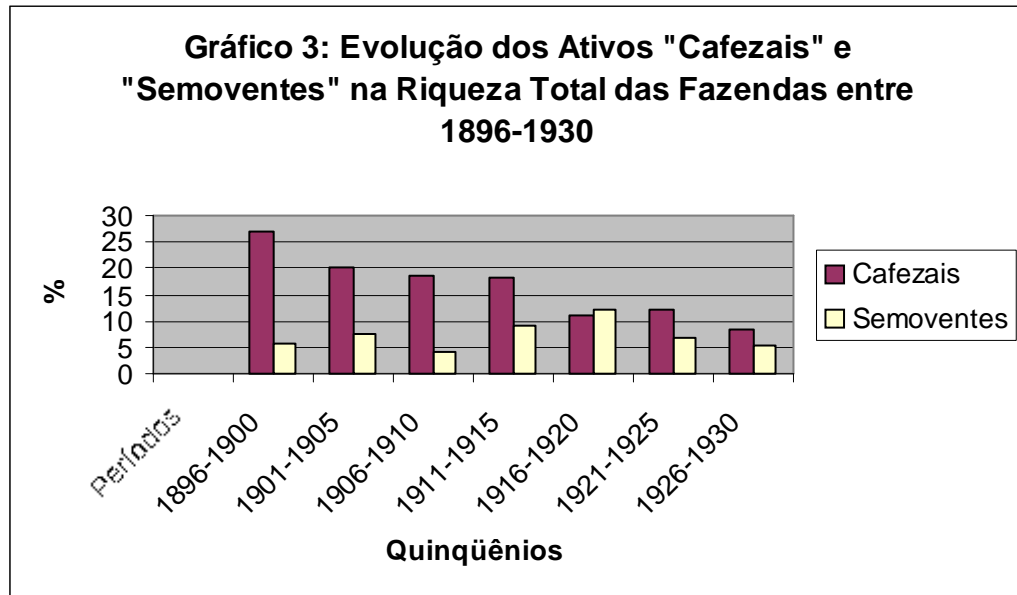
A influência conjuntural acima mencionada pode ser visualizada quando se observa a participação da pecuária na composição da riqueza das propriedades rurais do município, em comparação com a dos cafezais, como se pode ver pela tabela 03 e gráfico 3.

Tabela 3. Cafezais e Semoventes nos Ativos Totais das Fazendas do Município, 1896-1930 (contos de réis)

Períodos	Ativos Totais	Cafezais	%	Semoventes	%
1896-1900	6.362:066\$600	1.708:194\$000	26,85	371:806\$000	5,84
1901-1905	2.560:073\$750	514:448\$000	20,10	193:737\$000	7,56
1906-1910	1.799:599\$850	336:628\$900	18,70	73:214\$000	4,06
1911-1915	1.822:837\$920	334:859\$420	18,37	164:290\$000	9,01
1916-1920	2.757:087\$100	307:615\$000	11,16	337:663\$500	12,25
1921-1925	9.553:852\$650	1.160:624\$400	12,15	664:483\$000	6,96
1926-1930	6.173:148\$943	526:557\$000	8,53	331:625\$000	5,37

Fonte: AHUFJF – Inventários Post-mortem.

²⁴ MELLO (1975).



De acordo com a tabela 03 e gráfico 3, o ativo Semovente apresentou uma pequena participação até 1910, crescendo a partir desta data até 1920, quando é interrompido a partir deste momento seu crescimento. A menor participação da década de 1921-1930 está claramente com o recrudescimento da cafeicultura, ainda que apresente os maiores valores até então alcançados. Ocorrendo dentro de um contexto cafeeiro, a pecuária em Juiz de Fora teve um crescimento específico, de forma irregular, não linear, condicionado que foi pela manutenção do café no município, que acabou canalizando para si as maiores somas de investimentos em detrimento do maior desenvolvimento de outros setores agropecuários ligados ao abastecimento do mercado interno, como é o caso da pecuária, que cresceram em níveis bem mais modestos.

Características do Desenvolvimento da Pecuária em Juiz de Fora

O desenvolvimento da criação de gado em um município cafeeiro, como é o caso de Juiz de Fora, apresenta algumas particularidades. A primeira está relacionada, evidentemente, com a presença da cafeicultura e que, portanto, a criação se fará concomitantemente com o café. Sendo assim, deve-se considerar como que atividade cafeeira se desenvolve, pois seu entendimento pode revelar como que a pecuária foi implementada. A cafeicultura em Minas Gerais, especificamente na Zona da Mata, se fez através da incorporação de terras em matas e capoeirões para o cultivo,

caracterizando um sistema agrário próprio que se realizava de forma extensiva, adicionando mais terra com mais trabalho, não apresentando recuperação dos solos desgastados e evidenciando dessa forma seu baixo nível técnico de produção. Repetindo-se ao longo do tempo, a forma como se realizava este processo levaria a uma inviabilidade futura do café, pois reduziria as reservas de terras aptas para o plantio²⁵. Têm-se assim aquilo que se denominou de “degradação”²⁶ do sistema agrário que, ao se aprofundar, levaria a uma situação de crise do mesmo, iniciando-se um processo de mudanças cumulativas que afetariam a estrutura produtiva²⁷. Entre elas, se destaca a transformação da paisagem rural, cada vez mais dominada pela presença dos pastos. Sendo estes um tipo de terra exaurida pelo cultivo do café, eles tendem a cada vez mais e a predominar em áreas onde até então se observava uma proeminente cafeicultura, de acordo com a tabela 04 e o gráfico 4 abaixo.

TABELA 12: Terras. Total por cada tipo em quinquênios (Área em alqueires)

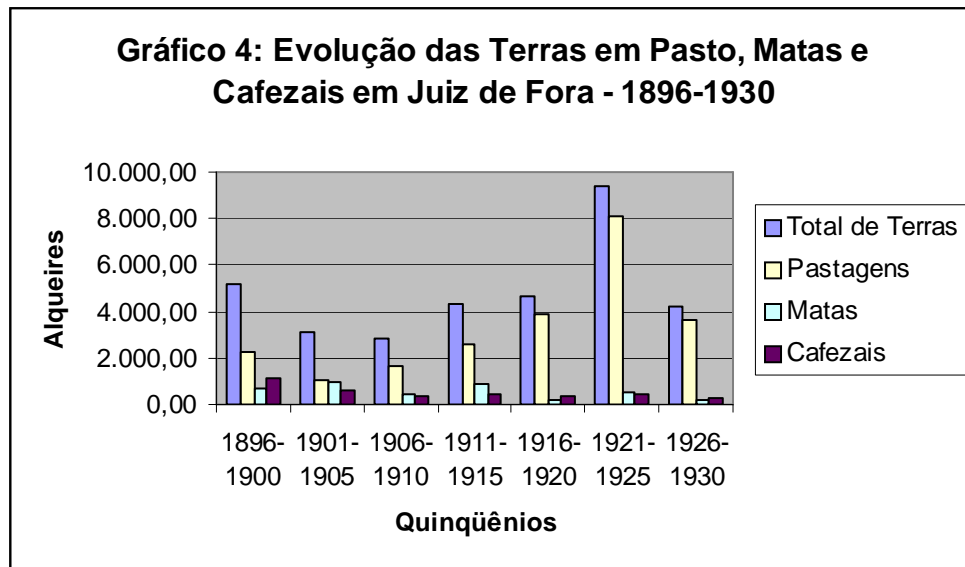
Anos	Pastos	Matas	Cafezais	Capoeiras	Culturas	Terras de Cultura
1896-1900	2.199,5	689,5	1.118	545,25	272,5	353,5
1901-1905	1.062,2	984	602	102	03	331,5
1906-1910	1.648	468,5	379	243	05	140,5
1911-1915	2.575,2	887	432,5	256,5	_____	185
1916-1920	3.906	195	359	204	_____	_____
1921-1925	8.134,9	482,8	433	225,5	_____	99,25
1926-1930	3.590,2	200,6	297,75	95,35	05	08

Fonte: AHUFJF - Inventários post-mortem.

²⁵ FRAGOSO (1983).

²⁶ Por degradação entenda-se “a diminuição da capacidade de reprodução que a unidade de produção representa em potencial” que, no caso, significa a não disponibilidade de terras em quantidade suficiente para se reproduzir a cafeicultura. KULA (1979: 32).

²⁷ KULA (1981:114).



Em consonância com os dados da tabela 04 e gráfico 4, destaca-se em Juiz de Fora um aumento considerável dos pastos desde 1896 e já constituindo mais da metade das áreas rurais. Ao mesmo tempo em passa a prevalecer como tipo de terra mais presente, os pastos passam a adquirir uma nova feição, derivada das transformações do sistema agrário em degradação, ou seja, passam a ter um potencial produtivo para uma outra atividade, equivalendo ao que as matas e os capoeirões representavam para o café no processo de renovação do cultivo deste. Com os pastos, frutos da agricultura extensiva pautada num baixo nível técnico, temos desta forma a base de onde se erguerá uma nova atividade produtiva que no caso será a pecuária²⁸. Ao mesmo tempo, percebe-se que esta transformação oriunda da degradação do sistema agrário presente também irá repassar à nova atividade sua lógica de reprodução, ou seja, a criação se desenvolverá dentro das mesmas condições em que se desenvolveu o café, através da incorporação de mais terra, sob forma de pastos, com mais gado.

Uma vez observado as condições primordiais para o desenvolvimento da pecuária, verificaremos quais foram as suas características mais expressivas para seu avanço. Um primeiro aspecto está relacionado com a abundância das terras em pastos e sua conseqüente valorização, fato este decorrente da terra se constituir como o ativo mais importante na avaliação de uma propriedade rural²⁹ e, assim, se tornando parte fundamental da riqueza da mesma ao longo de todo o período em que estamos

²⁸ BOSERUP (1967: 41).

²⁹ MARTINS (1981: 25-30); ALMICO (2001:117).

analisando. Um fato que veio a reforçar esta valorização certamente foi o não abandono das terras após o plantio de café, mas sim seu aproveitamento cada vez maior pelos fazendeiros, utilizando seus pastos para os fins da criação. Neste sentido, destaca-se o aluguel de pastos para criadores e invernistas, principalmente quando do comércio de gado no município motivado pela existência de uma feira de gado local, a Feira de Benfica³⁰, que não se fez somente em seus arredores, mas também se espalhando por outras partes do município, inclusive ocorrendo aluguel de pastos em fazendas cafeeiras. Um outro uso cada vez maior e mais constante constituiu na atuação dos fazendeiros em criadores, onde estes passam a utilizar suas largas faixas de terras disponíveis para efetivar uma criação³¹. Um aspecto que se destaca aqui está na relação animal/área total ser bastante reduzida, o que revela a forma como se dá o desenvolvimento da pecuária nas propriedades rurais, pautada numa criação extensiva, obedecendo a lógica do sistema agrário na região, onde se agrega mais terra com mais gado. Em função da maior utilidade que os terrenos em pastos passam a ter, conforme visto, observa-se cada vez mais que estes terrenos estão se valorizando, fato este perceptível principalmente nas avaliações das terras.

Com a maior utilização dos pastos, principalmente para a criação própria por parte dos fazendeiros, observa-se igualmente a ocorrência de determinados investimentos na atividade, visando dar o suporte necessário para a pecuária em desenvolvimento. Neste ponto, observa-se uma singularidade da pecuária quanto aos recursos destinados ao custeio e investimentos, caracterizados pela pouca demanda exigida³² frente aos presentes na cafeicultura, observando menores despesas com o custeio relativo a pouca mão de obra exigida e o menor gasto com a limpeza dos pastos. Quanto aos investimentos na pecuária, pesa o fato de ainda prevalecer uma cafeicultura que, para si, atrai uma maior soma de investimentos, em detrimento da pecuária.

Mesmo assim, pode-se perceber a ocorrência de determinados investimentos na criação, que se farão presentes principalmente nas benfeitorias e na aquisição e animais para a formação dos plantéis. Cabe ressaltar, porém, que muitas das benfeitorias utilizadas para a pecuária são decorrentes do aproveitamento das que eram foram usadas

³⁰ FILHO (1973: 31).

³¹ Como exemplo, temos o caso do Major José Dias Tavares que em suas 11 fazendas e 2 sítios possuía em 1923 uma extensão de terras de 1.843 alqueires em pastos, com um rebanho de 920 animais. AHUFJF. Inv. De Jeronymo Vieira Tavares, ID. 890, cx. 48 (A).

³² DESTRO (2002: 48).

como suporte do café (como os ranchos), ocorrendo quando muito algumas adaptações, modificações e ampliações para atender à sua nova função (transformando estas em currais). Observa-se também que o valor destas instalações, em geral baixo, decorre de já possuírem um determinado valor quando foram aproveitadas, e em muitos casos verificando-se o seu mau estado de conservação. Contudo, é possível perceber determinados investimentos específicos, como os banheiros carrapaticidas, um investimento novo e direto, vinculado com a saúde dos animais. Sendo de alguma expressão em si, porém este tipo de investimento não chega a constituir uma exceção à regra, pois seu valor não em relação ao total de benfeitorias de uma propriedade é pequeno, sendo ainda mais baixo quando comparado ao total da riqueza da mesma.

Quanto à aquisição de animais, devemos ter em mente que para a formação de um rebanho de uma determinada fazenda pesa muito a reprodução interna dos próprios animais, caracterizando um crescimento que se faz mais de forma endógena do que através da compra de semoventes. Ainda assim, para formar o embrião de um rebanho, recorreu-se ao mercado através da aquisição de animais via arrematação destes em leilão em praça pública, de compra a vendedores de animais, incluindo inclusive a compra de semoventes importados.

O que se observa para com as formas de investimento presentes na pecuária em Juiz de Fora, seja para o incremento de benfeitorias destinadas à criação seja para a formação de rebanhos, é que este fato retrata estar de acordo com a lógica de funcionamento do sistema agrário vigente, pautado que está no baixo nível técnico presente onde não ocorrem grandes investimentos que venham a aperfeiçoar e crescer a criação. Assim, o crescimento da pecuária, operando com baixo nível de investimento e desenvolvendo dentro de um contexto cafeeiro, acaba apresentando um ritmo de lento de desenvolvimento, caracterizando uma formação que se dá não abruptamente, mas gradativa, crescendo em importância ainda que não venha a constituir a maior parcela da riqueza de uma propriedade envolvida com o café.

No que se refere à caracterização dos rebanhos, deve-se primeiramente salientar que o gado nas fazendas cafeeiras de Juiz de Fora estava mais vinculado ao suporte do café, desempenhando duas funções bem definidas: o transporte e força motriz, e a de complementação alimentar dos membros da propriedade. Dessa forma, não se usufruía o potencial dos animais para adubação do solo através do aproveitamento de seu

estrume, além de seu maior uso como instrumento de trabalho, ou seja, não se explorava seu uso econômico mais efetivo³³. Porém, a partir de 1896, algumas mudanças são percebidas em suas funções, que objetivam responder à queda de rendimento do café. Uma delas estaria na composição dos semoventes, que pode ser analisada pela tabela 05 a seguir.

Tabela 05: Distribuição e Discriminação dos Semoventes em Juiz de Fora 1896-1930 (em cabeças)

Períodos	Bovinos	Suínos	Muares	Eqüinos	Caprino/Ovino*	Aves	Outros
1896-1900	3.023	944	203	489	228		
1901-1905	2.499	1.157	113	140	179		38
1906-1910	1.010	265	44	58	110		
1911-1915	2.313	536	74	71	81		
1916-1920	3.100	317	54	56	46	60	02
1921-1925	4.360	545	86	131	11		12
1926-1930	1.976	242	34	65	19		

Fonte: AHUFJF – Inventários Post-mortem.

*= Excetuando 09 cabeças no período 1916-1920 (04 ovelhas e 5 cabras em 1919), o restante constitui somente de carneiros.

Verificando-se uma maior presença do rebanho bovino (em contraste com a queda dos demais tipos de rebanhos), mesmo que inicialmente venha apresentar uma queda na participação total dos animais como um todo entre 1896-1910 para, a partir desta última data, crescer de forma significativa até 1925. É de se destacar que o crescimento do rebanho bovino coincide com o desempenho geral dos semoventes não somente em termos numéricos, mas também em valor, respondendo desta forma pelo maior ou menor desempenho dos semoventes como ativo no total da riqueza das propriedades rurais.

Mais especificamente à composição interna do gado vacum, é de se destacar a ocorrência de mudanças quanto a sua composição interna, o que revelará uma igual modificação em termos de função exercida por este grupo de animais. No que concerne à sua composição interna, destaca-se uma queda da presença dos animais de tiro (para transporte de carga, os bois de carro), e um maior predomínio do gado leiteiro, fato este que ocorre ao longo de todo o período em questão (ainda que apresente oscilações), conforme a tabela 06 abaixo.

³³ FRAGOSO (1983: 59).

Tabela 06: Crescimento do Gado Vacum em Juiz de Fora e sua Composição entre Animais de Tiro e Leiteiro 1896-1930 (em cabeças)

Períodos	Gado Vacum	Índice	Animais de Tiro	%	Gado Leiteiro	%
1896-1900	3.023	100,00	1.429	47,27	1.553	51,37
1901-1905	2.499	82,66	1.189	47,58	1.278	51,14
1906-1910	1.010	33,41	471	46,63	530	52,47
1911-1915	2.313	76,51	864	37,35	1.378	59,57
1916-1920	3.100	102,55	1.295	41,77	1.763	56,87
1921-1925	4.360	144,23	1.323	30,34	2.923	67,51
1926-1930	1.976	65,37	634	32,08	1.269	64,22

Fonte: AHUFJF - Inventários Post-mortem.

Ao mesmo tempo, destaca-se não só este maior crescimento do gado e sua respectiva caracterização entre gado de tiro e de leite, mas também uma maior diferenciação no rebanho como um todo, apresentando uma maior variedade de animais (vacas de todos os tipos, novilhas e novilhos, bezerras e bezerros, touros e gado de corte). Em contraposição à maior presença do gado leiteiro, o gado de corte não apresentou um significativo desenvolvimento, não obstante o município ter possuído uma feira de comércio de gado em pé (Feira de Benfica), o que atesta não ter sido esta a vocação do rebanho bovino de Juiz de Fora.

O maior crescimento do gado leiteiro, por sua vez, indicou a nova orientação da função do gado vacum no município. Ainda que seu crescimento tenha sido de certa forma irregular durante o período (apresentando similitude com o crescimento do gado de tiro, porém diferenciando deste em termos de participação geral no total dos bovinos), o gado leiteiro apresenta uma trajetória de crescimento similar ao do rebanho bovino como um todo, respondendo as vacas pela maioria do gado vacum da mesma forma que este respondia pela maior parte dos semoventes.

Na medida em que se amplia o rebanho bovino, ao mesmo tempo se faz necessário a realização de determinados investimentos tanto para garantir sua atividade quanto no aperfeiçoamento e crescimento do gado leiteiro. Quanto ao primeiro caso, especificamente relacionado com benfeitorias adequadas para a extração do leite (currais e ranchos específicos), objetiva-se evitar a contaminação do produto, utilizando-se também de utensílios próprios para ordenhar e acondicionar (latas) o produto, além de garantir seu transporte adequado (veículos especificamente destinados para tal fim).

No que se refere ao aperfeiçoamento do gado leiteiro, observou-se a incorporação de animais para a melhoria do rebanho, através da aquisição de reprodutores e matrizes com maiores características leiteiras, procurando dessa forma aquilatar os plantéis e elevar sua produção de leite³⁴. O destaque maior coube à aquisição de touros, em geral importados do exterior, principalmente com a ajuda despendida pelos sucessivos governos do Estado de Minas Gerais, que desde 1904 (seguindo as deliberações do Congresso de 1903 sobre o desenvolvimento da pecuária) forneceu esses animais a preços mais acessíveis, distribuídos pelos postos zootécnicos, que também davam suporte técnico ao cruzamento destes animais com os daqui nativos. Mesmo sendo um importante melhoramento, esse não se constituiu num investimento de grande proporção, dado ao fato de que poucos touros são necessários para a composição do plantel e, se comparado ao total em valor dos bovinos, se apresentou bastante reduzido. Cabe ressaltar que este melhoramento, ainda que significativo, não traduziu sozinho em um elemento transformador da pecuária, na medida em que para operar tal mudança seriam necessários outros procedimentos que viessem modificar as bases sobre a qual a pecuária estava montada (como novas técnicas de criação, preparação de pastagens, cuidados com a alimentação e saúde dos animais). Operando sem grandes mudanças técnicas, a pecuária se desenvolvia dentro da lógica do sistema agrário montado, conforme visto antes, que se destacava pelo baixo nível técnico.

A realização dos investimentos acima procurava otimizar a produção de leite das fazendas e muitas delas, inclusive as cafezeiras, já estavam envolvendo com este ramo produtivo. A produção de leite, bem como de seus derivados no campo (produção mais vinculada ao âmbito rural-doméstico³⁵), é vista como uma forma de diversificação das fontes de renda do produtor rural, possibilitando-o não só ter uma alternativa em tempos de crise de sua atividade principal (principalmente no caso de uma fazenda de café) como de possuir uma receita a mais que, com o fim próximo da cafeicultura, poderia suceder-lhe no campo. Em muitos casos, ao ser realizada de forma concomitante ao café, demonstra crescer em importância, participando da composição da renda da propriedade e até superando a renda obtida pelo café já em seu fim. Conforme visto acima, a ocorrência de investimentos em benfeitorias e no aprimoramento do rebanho leiteiro veio a contribuir para o maior crescimento da produção leiteira, mas também à

³⁴ FILHO (1973: 29).

³⁵ COSTA (1978: 29).

fabricação de seus derivados (em especial o queijo) igualmente contribuiu para aumentar as rendas da propriedade, necessitando para sua realização alguns investimentos (tais como bancas para fabricação, fôrmas, locais adequados para o fabrico e acondicionamento do produto).

Com o maior desenvolvimento da criação de gado em Juiz de Fora e de sua produção de leite e derivados, observa-se ao mesmo tempo uma maior inserção dos produtores rurais no comércio dos produtos da indústria pastoril. É de se destacar que este maior envolvimento dos produtores destes produtos com o mercado se faz em sintonia com as transformações em curso na economia brasileira, onde uma maior diversificação econômica se efetiva, atendendo um mercado consumidor em expansão, principalmente pela expansão do contingente de trabalhadores urbanos³⁶. Em Juiz de Fora, em que tal fato decorre de seu desenvolvimento urbano-industrial³⁷, constituiu-se no principal mercado de atuação para os envolvidos com a pecuária e a venda de seus produtos.

É de se destacar que não só grandes fazendeiros estavam envolvidos neste mercado. Pequenos produtores rurais, arrendatários, sitiantes e mesmo empregados de fazendeiros também atuavam, e não somente como produtores/comerciantes, mas também como intermediadores da produção. Tal aspecto revela que a atividade em si possuía um aspecto social mais amplo e, dessa forma, estando ao alcance de todos. O desenvolvimento do setor se mostrou tão expressivo que a profissão foi regulamentada por disposições municipais sucessivas que, embora viesse enquadrá-los no plano tributário municipal, não deixa de atestar o crescimento do setor, atualizando a lei ao maior desenvolvimento e complexidade que a atividade adquiriu.

Quanto ao envolvimento dos mercadores de produtos pastoris, especificamente o de gado e de leite, observa-se uma maior presença dos mercadores de leite e uma acentuada queda dos relacionados com a mercancia de gado, que é observada na tabela 07 abaixo.

³⁶ MELLO (1975: 109).

³⁷ GIROLETTI (1988); MIRANDA (1990); PIRES (1993 e 2004).

**Tabela 07: Mercadores de Leite e de Gado em Juiz de Fora –
1910/1920/1930**

Mercadores	1910	1920	1930
Leite	56	506	486
Gado	56	75	37

Fonte: AHJF: Relação de contribuintes do Imposto de Indústrias e Profissões (1910= Livro de Contribuintes; 1920/30= Diário Mercantil).

OBS: Não consta o número de contribuintes de Matias Barbosa, São Pedro de Alcântara e Santana do Deserto, emancipados em 1923.

Pelo que se vê pelos dados da tabela 07, temos uma tendência do município em possuir uma criação mais voltada para a produção de leite, e que a menor participação do comércio de gado derivar da atividade não ter sido desenvolvida no município, muito embora tenha existido aqui uma feira de gado. Mais interessante ainda estar no crescimento dos mercadores de leite em muitos dos distritos cafeeiros³⁸, o que fica claro ser esta a opção de produção real e concreta levada a cabo pelos produtores rurais.

No que se refere à atuação destes produtores no mercado, observa-se variadas formas, que vão desde ao fornecimento direto aos consumidores, comerciantes e fábricas de laticínios da cidade (o que inclui a presença de intermediadores da produção), à atuação simultânea de produtores/fornecedores e intermediadores da produção de outros produtores, além de venderem seus produtos (notadamente laticínios) diretamente em outros mercados consumidores, principalmente no centro consumidor da Capital Federal.

O Setor Industrial de Laticínios no Campo e na Cidade de Juiz de Fora

Com o maior desenvolvimento da pecuária bovina de cunho leiteiro no município, verifica-se um significativo crescimento da produção de leite e seus derivados, fato este que nos remete a um incremento do setor industrial correlacionado com este ramo produtivo (que garante uma maior produção com melhor qualidade), visando por parte dos produtores rurais e demais interessados a garantia de maiores oportunidades de lucro.

³⁸ Dos distritos rurais de Juiz de Fora, somente o de Rosário não desenvolveu a cafeicultura, estando mais voltado para a cultura de cereais e a criação de gado. FILHO (1973: 202).

Esse desenvolvimento industrial do setor leiteiro (processamento e beneficiamento do leite e produção de seus derivados) em Juiz de Fora teve dois fatores que contribuíram de forma decisiva para a sua realização: o crescimento dos mercados consumidores e sua demanda por produtos alimentares, e a maior atuação por parte do poder público estadual em prol desta indústria.

Quando se refere ao crescimento dos mercados consumidores estamos falando do aumento populacional apresentado pelos principais centros industriais do país no período (São Paulo e Distrito Federal), bem como da cidade de Juiz de Fora que também apresenta um significativo aumento populacional³⁹. Este crescimento da população urbana é, acima de tudo, fruto do processo de transição capitalista em curso na economia do país, onde se diversificam as atividades produtivas, principalmente as de cunho urbano como os serviços, o comércio e, com maior destaque, a indústria (CANO: 1975). Com isso, tem-se a necessidade de se garantir o abastecimento de gêneros alimentícios para um maior contingente de trabalhadores, o que inclui os produtos de origem animal como o leite e seus derivados.

Neste sentido, a produção de leite e laticínios de Juiz de Fora se beneficiará, e isto se deve na medida em que o próprio mercado consumidor local está em expansão, o que por sua vez estimula o desenvolvimento de várias atividades produtivas, entre elas a produção de leite e seus derivados. Assim, os produtores encontram neste centro um importante ponto de colocação de seus produtos, garantindo o abastecimento desses produtos e mesmo dando margem para a exportação para outros centros consumidores em iguais condições.

Conjuntamente com a demanda local, a procura externa também se faz presente, principalmente com o crescimento da população dos dois principais centros urbanos do país: São Paulo e a Capital Federal. Sendo as maiores cidades brasileiras, apresentando grande expansão industrial e comercial, elas atraem numerosa quantidade de pessoas de outras áreas do país em busca de trabalho⁴⁰. Garantir a alimentação dessa massa

³⁹ Entre 1900 e 1920, a população da cidade de São Paulo eleva-se de 239.820 para 579.033 pessoas, enquanto que a da Capital Federal salta de 691.565 para 1.157.873 habitantes. Juiz de Fora, entre 1890 e 1920, eleva-se de 13.000 para 29.988 pessoas. Cf. Para 1900, MONTEIRO (1990: 221); para 1920, Minas Segundo o Recenseamento de 1920, op. cit. p. 253. Para os dados de Juiz de Fora, ver Almanaque de Juiz de Fora de 1891 e Anuário Estatístico de Minas Gerais – 1922/1925, apud PIRES (1993: 159).

⁴⁰ VILLELA & SUZIGAN (1973: 256-257, 260-270).

trabalhadora se faz necessário, principalmente a baixo custo e no sentido de evitar carestias.

Assim, o crescimento desses grandes mercados consumidores beneficiou o desenvolvimento da produção de gêneros alimentícios que lhe são próximos, pois podia garantir o abastecimento requerido dentro das exigências acima. No caso dos laticínios mineiros isso foi fundamental⁴¹, principalmente no caso da cidade do Rio de Janeiro, dada a proximidade do estado com a Capital Federal, em particular o município de Juiz de Fora, que lhe é não só próximo, mas também estar ela interligada por um sistema de transportes eficiente, o que certamente veio favorecer ainda mais o desenvolvimento do seu setor de laticínios.

No que toca a maior atuação do poder estadual na produção de leite e laticínios mineiros, deve-se considerar que, de uma forma geral, a produção mineira destes artigos (principalmente os laticínios) se fez praticamente sem grandes auxílios, em pequenas unidades de produção. Apesar desta situação, o setor apresentou significativo crescimento no conjunto das exportações mineiras desde 1897, o que veio reforçar por parte dos produtores rurais e interessados a necessidade de reivindicar junto ao poder público mineiro um conjunto de medidas de amparo para a produção, visando facilitar não só a melhoria da produção, mas também facilitar sua comercialização e transporte.

O apoio do estado veio logo após a realização do Congresso Agrícola de 1903, que deliberou por uma maior diversificação da economia agrícola do Estado, estimulando os setores que apresentavam melhores desempenhos e que, dessa forma, pudessem concorrer para os cofres públicos. Isso foi fruto da ação das frações da classe dominante não ligada diretamente ao café, que conseguiram incluir suas idéias e reivindicações na agenda pública do estado, obtendo assim uma maior atuação do Estado em prol de seus ramos produtivos⁴². Entre os setores beneficiados estava, claro, a produção de leite e derivados.

A partir de 1904, em consonância com as deliberações do Congresso de 1903, os sucessivos governos estaduais procuraram estimular a produção leiteira, através de uma série de medidas que foram rapidamente implementadas e regulamentadas. Destacou-se

⁴¹ Era para a cidade de São Paulo e a Capital Federal que grande parte da produção de leite e laticínios do Estado de Minas Gerais se direcionava. WIRTH (1982: 90-93); COSTA (1978: 29); MARTINS FILHO (1981: 77).

⁴² MENDONÇA (1990: 421).

a busca pelo aprimoramento técnico da produção, com a finalidade de melhorar os produtos e adequá-los às exigências dos mercados consumidores, adotou-se uma legislação geral que regulou a fabricação e comercialização dos laticínios (particularmente da manteiga), incluindo o controle sanitário contra fraudes, num claro sentido protecionista em favor da produção mineira; promoveu-se a assistência técnica direta aos produtores junto das estradas de ferro para orientar a melhor forma de acondicionar e fazer o deslocamento dos produtos até as estações de embarque; garantiu medidas que viessem facilitar o transporte dos laticínios, com a adoção de mais trens, com melhores horários e com vagões mais adequados; organizou-se um Sindicato de Produtores, onde se buscava facilitar a colocação dos produtos lácteos mineiros nos grandes mercados (tornando-se assim um canal de divulgação) e facultando através desta assistência técnica; aprimorou-se a legislação tributária, visando garantir maior proteção contra as vendas de laticínios (notadamente quanto a manteiga) fora do padrão utilizado no Estado, atendendo dessa forma os produtores e exportadores mineiros⁴³.

O que fica claro nesse conjunto de medidas é não só estimular a produção de laticínios, mas também moderniza-la, tirando-a de sua condição artesanal de baixa produtividade⁴⁴, atendendo dessa forma a demanda dos mercados consumidores mais exigentes. Ao mesmo tempo, procurou-se favorecer a produção de laticínios como uma riqueza de Estado capaz de auferir maiores somas de recursos aos cofres estaduais. Neste sentido é que se percebe, por exemplo, a adoção do prêmio de exportação para a manteiga, que uma vez implementada fez crescer esta produção e sua respectiva exportação⁴⁵. Este conjunto de medidas, em geral, favoreceu o crescimento do setor pelo Estado, principalmente em regiões como o Sul, o Oeste e a Zona da Mata⁴⁶, e nesta última principalmente em Juiz de Fora.

Com os condicionantes acima atuando em prol do desenvolvimento da produção mineira de laticínios, esta em Juiz de Fora se fez não somente no campo, mas também em seu centro urbano. Especificamente a organização de fábricas de laticínios no campo representa a busca de aperfeiçoamento e aumento da produção visando ampliação dos

⁴³ Para as medidas em prol do setor de laticínios mineiros, ver a cobertura jornalística do Congresso Agrícola de 1903, realizada pela imprensa mineira (Minas Gerais, *Jornal do Comercio*, *Diário Mercantil*) e JACOB (1911), disponíveis na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, de Juiz de Fora.

⁴⁴ MENDONÇA (1997: 116, 140, 161).

⁴⁵ JACOB (1911: 296).

⁴⁶ COSTA (1978: 64-65).

lucros por parte dos produtores, caracterizando dessa forma um certo afastamento do ambiente doméstico que cercava a produção. Assim, verifica-se a constituição dessas unidades com a introdução de máquinas e acessórios, cujo aumento da produção superou a até então praticada.

Sendo em geral pequenas fábricas, elas não chegaram possuir uma organização gerencial e mesmo um serviço técnico especializado, comparável á aquelas situadas na cidade de Juiz de Fora, o que não quer dizer que houvesse casos de fábricas possuindo estas características, sendo que algumas delas chegaram mesmo atuar em mercados mais distantes. Disseminadas pelo campo, especialmente nos distritos cafeeiros, incluindo algumas em fazendas cafeeiras, destaca-se a ação de elementos ligados a este ramo implementando fábricas nos distritos com o apoio dos próprios fazendeiros, deixando claro o interesse destes últimos em estabelecer em suas propriedades unidades de exploração e beneficiamento do leite⁴⁷. Verificou-se mesmo que houve um maior predomínio de fábricas vinculadas com a produção de queijo do que a de manteiga, sendo estas mais presentes na cidade, o que certamente contribuiu para este fato o maior dispêndio tecnológico e a maior taxaço sobre a produção deste artigo, inviabilizando dessa forma esta produção no campo. Visto dessa forma, as fábricas de laticínios no campo não se constituíram numa simples exceção, mas representaram o momento em que muitos fazendeiros (pelo menos, os mais aquinhoados) procuraram investir numa atividade produtiva num estágio mais avançado, pelo menos ao que prevalecia no campo, sendo assim capaz de proporcionar maiores lucros, atestando dessa forma um comportamento perfeitamente racional por parte destes produtores rurais⁴⁸.

Já o desenvolvimento deste setor industrial na cidade de Juiz de Fora, deve-se compreendê-lo dentro de um processo maior de diversificação econômica induzido que foi pela expansão das exportações, que fez alargar o mercado interno local e este, por sua vez, desenvolvendo-se de forma cada vez mais independente e constituindo num espaço propício para a inversão de capitais em atividades urbanas⁴⁹. Particularmente, verifica-se o implemento cada vez maior do setor industrial de laticínios, que veio contribuir para o abastecimento do mercado local (conforme visto antes) e que, ao se

⁴⁷ FILHO (1973: 48-49; 115); FILHO (1979: 176-177).

⁴⁸ Sobre o comportamento racional dos produtores rurais de Juiz de Fora, ver PIRES (1993: cap. III); ALMICO (2001: cap. II e III); SARAIVA (2001: cap. II, 2ª parte).

⁴⁹ PIRES (2004: 37,61).

desenvolver cada vez mais, articulou-se com o espaço rural, através do fornecimento de leite às empresas (garantindo o abastecimento destas pela produção rural local)⁵⁰; a inversão de capitais de fazendeiros nas indústrias de laticínios da cidade, onde muitos atuavam não só como fornecedores, mas também como empreendedores; pelo estabelecimento de postos avançados no campo (para captação de leite e seu depósito) pelas fábricas da cidade; pela constituição de “filiais” no campo para a produção de laticínios (desnatadeiras, fábricas de queijos), ocorrendo uma certa descentralização da produção⁵¹. Tem-se, neste último caso, um elo de ligação direta entre o produtor e o industrial, onde o primeiro cede um espaço para que o segundo ali venha realizar parte de sua produção, o que certamente contribuía para reduzir os custos de produção. Uma presença que, em certa medida, se dá de forma inconstante, dada a maior ou menor produção de leite da fazenda e das que lhe são próximas.

Em Juiz de Fora, o implemento de empresas de laticínios teve algumas características importantes. Uma está relacionada com a maior capitalização para a instalação dos equipamentos necessários (seja em sua sede e nas que possuíam filiais no campo), o que para os produtores não parece ter constituído um problema, em face da disponibilidade de informações sobre os equipamentos a serem adquiridos por parte da imprensa municipal. Outra está no alto nível tecnológico exigido, acarretando consigo uma dependência tecnológica externa (que se fazia pela importação, procurando atualizar os equipamentos), característica do processo de industrialização de Juiz de Fora⁵². Este fato, contudo, não veio impedir que os interessados viessem investir no ramo, principalmente os fazendeiros. Uma outra estaria no aporte de capitais para o levantamento das empresas, e que estas estariam produzindo em larga escala, direcionando sua produção majoritariamente para o mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro (casos das firmas Marques Sampaio & Cia., Fábrica de Laticínios Benfica, Cia. de Laticínios de Juiz de Fora). Neste aspecto, salta aos olhos mais uma característica que foi a origem de muitos dos maiores empreendimentos, oriundos de

⁵⁰ AHJF. FCMRV. Série 82/7. Diversos requerimentos.

⁵¹ Que pudemos perceber quando analisamos a documentação disponível, sendo ela representada pelos inventários post-mortem, quanto nos diversos requerimentos dos fazendeiros do município. Para os inventários, ver AHUFJF. Fundo Benjamim Collucci. Para os requerimentos endereçados ao agente executivo municipal (reclamando de erros ou pedindo baixa no imposto a que estavam sujeitos), ver AHJF. FCMRV. Série 82/7. Neste mesmo arquivo, ver também Fundo “Diários Associados” (relativo ao acervo do jornal Diário Mercantil).

⁵² GIROLETTE (1987); PIRES (2004: 04).

pecuaristas e de cafeicultores locais, o que novamente atesta um comportamento perfeitamente racional em investir num setor em franco desenvolvimento, diversificando seus investimentos empatando-os em indústrias de laticínios e aumentando suas receitas, sendo revelador o caso da Cia. de laticínios de Juiz de Fora, uma firma organizada em sociedade acionária, totalmente controlada por fazendeiros e cafeicultores do município. Para estes últimos, especificamente, deve-se ressaltar que o investimento na produção de laticínios veio a constituir na alternativa mais viável para substituir o café.

Ainda sobre as características do desenvolvimento do setor de laticínios na cidade de Juiz de Fora, pode-se mencionar o fato de muitas empresas atuarem como intermediadoras da produção de queijos de outras fazendas e mesmo de outros municípios, o que reforçou a integração dos espaços econômicos à esfera de atuação do mercado comercial de Juiz de Fora, como é exemplar o caso da Fábrica de Laticínios de Eugênio Teixeira Leite Junior. A implementação de uma indústria litográfica no município espelha o desenvolvimento do setor de laticínios e a articulação do setor industrial com o setor agrícola. Igualmente se destaca a capacidade da cidade em atrair empreendimentos antes estabelecidos em outras cidades, como o caso da Cia. de Laticínios Alberto Boecke (oriunda de Barbacena).

Em função do forte dinamismo apresentado pela pecuária leiteira de Juiz de Fora, bem como de suas indústrias de laticínios, a cidade se tornou uma das mais destacadas produtoras de produtos lácteos (a segunda em termos estaduais, somente sendo superada por Barbacena, comercializando em 1919 um total de 5.618.512 litros de leite, 60.940 quilos de manteiga e 556.100 quilos de queijos em 456 estabelecimentos produtores, produzindo um valor de 35.746\$559\$000⁵³) e consolidou-se no cenário estadual como um dos mais importantes pontos não só de produção, mas também de comercialização e distribuição destes artigos, sendo o principal da região da Zona da Mata.

⁵³ Secretaria de Agricultura. Minas Gerais segundo o Recenseamento de 1920. op. cit. p. 227.

Considerações finais.

Como parte final deste artigo, deve-se ressaltar que a criação de gado, particularmente o bovino de cunho leiteiro, parte integrante de um processo de diversificação econômica ocorrido no município como um todo, não foi apenas um substituto à cafeicultura quando esta já dava sinais de seu declínio, mas sim constituiu numa opção de produção capaz de dar continuidade de vida ao seu meio rural, proporcionando uma fonte de renda aos produtores, embora não tenha dado o mesmo retorno que a atividade cafeeira proporcionava. Ainda assim, como resultado de seu significativo desenvolvimento, foi igualmente capaz de favorecer o implemento de um setor industrial a ele vinculado, contribuindo desta forma para o maior crescimento econômico da cidade e município de Juiz de Fora, tornando-as num dos mais importantes centros de produção de laticínios do Estado de Minas Gerais.

FONTES

Fontes Primárias

Manuscritas

- Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF):
 - . Fundo Benjamim Collucci – Inventários Post-mortem.
- Arquivo Histórico de Juiz de Fora (AHJF):
 - . Fundo Câmara Municipal República Velha.
 - . Livro de Lançamento do Imposto de Indústrias e Profissões relativo ao ano de 1910.

Impressas

- Arquivo Histórico de Juiz de Fora:
 - . Fundo “Diários Associados”: Diário da Tarde/Diário Mercantil.
- Biblioteca Municipal Murilo Mendes (BMMM):
 - . Coleção de Periódicos:

Minas Gerais

Jornal do Commercio

Diário Mercantil

Publicadas

JACOB, R. Minas Gerais no XXº Século. Rio de Janeiro, Gomes, Irmão e Cia., 1911.
MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. Minas Segundo o Recenseamento de 1920. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1921.

Fontes Secundárias

Bibliografia:

- ALMICO, Rita de Cássia da S. Fortunas em Movimento: Um estudo sobre a transformação da riqueza. Juiz de Fora, 1870/1914. Dissertação de Mestrado, UNICAMP/Campinas, 2001.
- BACHA, Edmar. Política Brasileira do Café: Uma Avaliação Centenária. In: MARTINS, Marcellino & JOHNSTON, Edwards. 150 Anos de Café. Siciliano, 1992. 390p.
- BASTOS, Wison de Lima. Do Caminho Novo dos Campos Gerais à Estrada de Rodagem União e Indústria e Estrada de Ferro D. Pedro II. In: História Econômica de Juiz de Fora. IHGJF., s/ed. 1987. 92p.
- BOSERUP, Ester. Las Condiciones del Desarrollo en la Agricultura. Madrid: Editorial Tecnos, 1967.
- CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo. Hucetec, 3ªED., 1982.
- CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807). Tese de doutoramento, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997, 266p.
- CARVALHO, José Murilo de. Ouro, terra e ferro. Vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Minas E Os Fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005.
- COSTA, Fernando Nogueira da. Bancos em Minas Gerais – 1889-1964. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 1978.
- DESTRO, José Augusto de Souza. DO CAFÉ PARA O LEITE A Pecuária Como Alternativa Econômica ao Café - 1896-1940. Monografia de Especialização em História de Minas Gerais, UFJF, Juiz de Fora, 2002. 99p.
- DULCI, Otávio Soares. Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais. In: FILHO, José Procópio Teixeira. Salvo Erro Ou Omissão. Gente Juiz-Forana. Juiz de Fora, 1979, 362p.
- _____. Aspectos da Vida Rural de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1973. 204p.
- FRAGOSO. João Luis Ribeiro. Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920). Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. 182p.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 12ª ed., 1974, 248p.
- GIROLETTI, Domingos Antonio. Industrialização de Juiz de Fora: 1850/1930. EDUFJF. Juiz de Fora, 1988. 140p.

_____. A Modernização Capitalista Em Minas Gerais - A Formação Do Operariado Industrial e De Uma Nova Cosmovisão. Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

KULA, W. Teoria Econômica do Sistema Feudal. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1ª ed. 1979.

_____. “Da Tipologia dos Sistemas Econômicos”, in: Jacqueline Fourastie et. alli. Economia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 3ª ed., 1981.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. Editora da UNICAMP. Campinas, 1988. 124p.

LIMA, João Heraldo. Café e Indústria em Minas Gerais: 1870-1920. Petrópolis. Ed. Vozes., 1981. 108p.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. 2ª ed., Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. A Economia Política do Café com Leite (1900-1930). Belo Horizonte: UFMG, 1981. 148p.

MELLO, João Manoel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 9ª ed., 1994. 184p.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Convênio de Taubaté e a economia agrícola fluminense. In: **LOCUS: Revista de História**. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Editora da UFJF, 1999, v. 5, nº 1, 180p.

_____. RURALISMO. Agricultura, Poder E Estado Na Primeira República. Tese de doutoramento, USP, São Paulo, 1990.

_____. O Ruralismo Brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A Primeira Política de Valorização do Café e sua Vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1977. 206p.

MIRANDA, Sônia Regina. Cidade, Capital e Poder. Políticas Públicas e Questão de Urbana na Velha Manchester Mineira. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1990.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O Aprofundamento do Regionalismo e a Crise do Modelo Liberal. In: LINHARES, Maria Yeda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 5ª ed., 1990.

NETTO, Antônio Delfim. O Problema Do Café No Brasil. IPE/USP. São Paulo, 1966. 349p.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. PERMUTAS MATRIMONIAIS. Reflexões sobre o comportamento sócio-econômico de uma elite agrária. In: **Revista Eletrônica de História do Brasil**. Juiz de Fora: Departamento de História e Arquivo Histórico da UFJF, 2004, volume 6, número 2, jul-dez, 2004, 199p., <http://www.rehb.ufjf.br>.

PIRES, Anderson José. Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930. Tese de doutoramento, USP, São Paulo, 2004.

_____. Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870-1930. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1993. 247p.

SARAIVA, Luiz Fernando. Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: A Transição do Trabalho Escravo Para o Livre em Juiz de Fora - 1870/1900. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2001. 203p.

SOUZA, Sônia Maria de. A Presença Camponesa Em Uma Região Agroexportadora No Período Escravista Juiz de Fora (1870-1888). In: **Revista Eletrônica de História do**

Brasil. Juiz de Fora: Departamento de História e Arquivo Histórico da UFJF, 2004, volume 6, número 2, jul-dez, 2004, 199p., <http://rehb.ufjf.br>.

_____. Além dos Cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1998. 203p.

TAUNAY, Affonso de E. Pequena História Do Café No Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945. 558p.

VALVERDE, Orlando. O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 20(1): 3-82, Jan/Mar. 1958.

VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira - 1889-1945. Rio de Janeiro IPEA, 2ª ed., 1975. 454p.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte, Editora C/Arte, 2001. 376p.

WIRTH, John D. O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira - 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 384p.